

SISTEMA FINANCEIRO E BANCO PUBLICO

Inclusão da população de baixa renda e microempresários no atendimento dentro da agência e fim do processo de atendimento reativo previsto no BB 2.0;

Contratação de mais funcionários para suprir a relação clientes por funcionário na mesma proporção do praticado nos grandes bancos de varejo;

Defesa dos bancos públicos e seu perfil social para o desenvolvimento nacional;

Ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN) com inclusão de representantes da sociedade civil organizada;

Redução do spread e das tarifas do BB;

Realização de pesquisa do impacto do crescimento do capital privado no Banco do Brasil (metas, objetivo de crescimento do banco, terceirizados, funcionários etc.);

Regulamentação do artigo 192 da Constituição;

Estatização do sistema financeiro;

Eleição de representante dos funcionários para o Conselho de Administração do Banco;

Fortalecimento das linhas de crédito de investimento, especialmente crédito rural;

Redefinição de prazos e custos de produtos de fomento já existentes;

Defesa dos Sindicatos e Federações, pela auditoria da dívida pública;

Criação de comitês de clientes e usuários do banco;

Contra a independência do Banco Central, com a fixação de metas de desenvolvimento econômico e geração de empregos;

Gestão do fundo Pré-sal pelo BB;

Ampliação e efetivação de investimentos do BB em DRS, como investimento de geração de renda e empregos, cuja meta seria indicadores sociais (metas sociais). Criação de função comissionada para gestor social da DRS por agência;

Ampliação das manifestações sindicais nos locais onde é predominante o trabalho bancário terceirizado. Ampliar organização, mobilização e representação dos terceirizados junto aos sindicatos dos bancários filiados à Contraf;

Denunciar à população, nos veículos de imprensa (oficiais e alternativos), a precarização do atendimento bancário junto a instituições de regulação e fiscalização (SRTE, Procon, Ministério Público, etc);

Exigir do banco que todo trabalho caracterizado como atividade bancária (abertura de contas etc.) seja executado por bancários;

Fim dos correspondentes bancários;

Combater e exigir o fim da terceirização no serviço bancário. Para proteção do trabalhador terceirizado, tornar o BB encarregado dos pagamentos dos respectivos salários por três meses, além do pagamento de um curso profissionalizante a esses trabalhadores para que se reposicionem no mercado de trabalho;